

# Arrocho garante superávit recorde

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O arrocho imposto pela equipe econômica às contas governamentais fez com que o setor público registrasse, no primeiro quadrimestre deste ano, o maior superávit primário para o período desde 1991, quando o Banco Central passou a divulgar tal informação. As receitas superaram as despesas — sem levar em conta os gastos com juros da dívida — em R\$ 32,683 bilhões. Com isso, União, estados e municípios terão de economizar apenas R\$ 1,817 bilhão entre maio e junho para atingir a meta de superávit firmada entre governo e Fundo Monetário Internacional (FMI), de R\$ 34,5 bilhões, para o primeiro semestre. Se a referência for a meta de setembro, de R\$ 54,2 bilhões, a economia mensal terá que ser de R\$ 4,3 bilhões.

Apenas em abril, o superávit primário atingiu R\$ 9,849 bilhões, o melhor para o mês desde o início da série do BC. Além do corte de gastos, o resultado, foi garantido pela queda de 13,82% do dólar, pelo aumento das receitas com impostos e pelos lucros acumulados pelo BC em operações com swaps cambiais. O que permitiu ao setor público contabilizar superávit nominal de R\$ 3,476 bilhões, mesmo depois do pagamento dos juros da dívida. Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, foi a quarta vez na história, que se registrou superávit nominal. E o saldo de abril foi o melhor deles.

Pelas contas de Altamir, dificilmente se registrará superávit nominal até o fim do ano, por causa dos juros. “É uma pena que (tal resultado) venha a conta-gotas”, afirmou. “O resultado nominal é

muito influenciado pela taxa de juros”, disse. No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, o saldo nominal ficou negativo em R\$ 18,578 bilhões (o dobro do verificado em igual período do ano passado), correspondendo a 3,71% do Produto Interno Bruto (PIB). A previsão é de que o resultado nominal feche 2003 em 5% do PIB. “O déficit nominal cresceu no acumulado do ano, devido ao aumento dos juros. Nos 12 meses terminados em maio de 2002, a taxa efetiva foi de 17,95%. Nos 12 meses terminados em maio deste ano, subiu para 21,97%”, disse o economista.

## Despesas com juros

Não foi à toa, portanto, que os gastos com juros totalizaram

R\$ 51,261 bilhões no primeiro quadrimestre do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quase 70% a mais que o desembolsado entre janeiro e abril de 2002. As despesas com juros nos primeiros quatro meses de 2003 representam quase a metade de tudo o que foi gasto com a dívida no ano passado. Por isso, é intensa a gritaria de uma ala do governo

contra os juros altos. Ao remunerar a dívida, o governo fica sem dinheiro para investir no social (saúde e educação, principalmente) e em infra-estrutura (energia elétrica, estradas e rodovias).

Lopes ressaltou, porém, que a alta dos juros não impediu que a relação da dívida líquida do setor público fechasse abril no mais baixo patamar desde junho de 2001 em relação do PIB: 52,18%. É que a parcela do endividamento público corrigida pelo dólar encolheu R\$ 45,989 bilhões. A dívida pública encerrou o mês passado em R\$ 839,756 bilhões. Em março, tinha

## COMO O RESULTADO PRIMÁRIO AFETA O PAÍS

■ Apesar de ser um bom indicador fiscal, o superávit primário recorde de R\$ 9,849 bilhões registrado pelo setor público em abril contribui para manter a economia estagnada e para o aumento do desemprego

■ O superávit primário representa as receitas da União, Estados e municípios descontadas suas despesas, com exceção dos gastos com juros

■ O resultado de abril agrada ao mercado financeiro porque os R\$ 9,849 bilhões economizados são a garantia de que o país terá dinheiro para honrar o pagamento de sua dívida e dos juros correspondentes. Apenas em abril, o setor público pagou R\$ 6,372 bilhões em juros

■ No entanto, agradecer ao mercado financeiro e cumprir a meta de superávit acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de 4,25% do PIB, também têm um lado negativo a ser pago por toda a sociedade

■ Isso porque o dinheiro arrecadado com impostos e que foi economizado para o pagamento de juros está deixando de ser investido em obras públicas ou projetos sociais, que poderiam ajudar a reativar a economia ou a gerar emprego. Ou seja, a redução da fome e da pobreza, estabelecida como a prioridade do governo Luiz Inácio Lula da Silva, fica mais distante com superávits primários recordes, pelo menos no curto prazo

■ O governo, no entanto, aposta que, no longo prazo, um superávit dessa magnitude contribua para que estrangeiros apostem no Brasil, tragam investimentos e ajudem no desenvolvimento do país



Arte: Amaro Junior